

# **POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E O DISCURSO NEOLIBERLISTA PRODUZIDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**LYVIA GABRIELLE DA SILVA**

## INTRODUÇÃO

A educação, no Brasil, tem recebido grande atenção na agenda neoconservadora, à prova disto é a enorme quantidade de decretos/emendas/projetos que visam alterar a LDB – Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96 para atender cada vez mais demandas de alas conservadoras da sociedade. Durante o primeiro semestre de 2021, nas aulas ministradas pelo docente Dr. Gustavo Gilson, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, foi possível realizar uma análise sistemática da conjuntura atual da Educação em nosso país e como o discurso neoconservador e neoliberal tem se concretizado, mais precisamente nas esferas que tangem a Educação, através de sua instancia maior o Ministério da Educação.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Como produto final da disciplina supracitada, fora realizada uma análise crítica da Política Nacional de Alfabetização, doravante, PNA cuja implantação está relacionada com a promulgação do Decreto nº 9765 de 11 de abril de 2019, visa oferecer às redes de educação, por meio de programas e ações, contribuições das ciências cognitivas, especialmente da ciência cognitiva da leitura. Caracterizada como uma política de alfabetização eficaz que trará reflexos positivos não apenas na educação básica, mas em todo o sistema educacional do país, surge para melhorar os processos de alfabetização no Brasil e os seus resultados.

Enquanto especialistas e professores tentam encontrar caminhos de conciliação entre diferentes abordagens com foco na aprendizagem dos alunos, a proposta do governo vem na contramão, impondo (implicitamente) um método exclusivo. Entretanto para tal crítica, fora necessário realizar uma volta ao tempo, de modo a contextualizar os processos e métodos de alfabetização que já passaram por nosso país.

O surgimento de métodos que ensinassem a população, cada vez maior, a ler e escrever em nosso país se tornou essencial. Segundo Braslavsky (1988, p. 42), os novos modelos sociais surgiram no Brasil “gerando a necessidade de aprender a ler e a escrever, numa época em que a maioria da população ainda era analfabeta”. Deste modo foram adotados os métodos de alfabetização já em plena utilização no exterior. Para facilitar a compreensão destacamos que, esta PNA dá ênfase à consciência fonêmica, ou seja, uma nova roupagem ao antigo método

fônico. De acordo com Mortatti (2010) o método fônico é um método de alfabetização baseado no conhecimento das unidades menores de fala, também conhecido por método sintético.

Podemos considerar que a educação em nosso país passou pelo que chamamos de democratização do ensino a partir da década de 1990 e que as reformas no campo educacional acompanharam as Reformas do Estado, cuja ênfase naquele momento era as privatizações e desmonte do patrimônio nacional.

Diante disso vemos que o discurso apresentado pelo Ministério da Educação ao implantar a PNA não é tão novo quanto se parece.

## **POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: O QUE SE PROPÕE**

A PNA está pautada, numa visão neoliberal, no uso de evidências científicas e na instrução fônica sistemática, desconsiderando todo o avanço fomentando por pesquisas científicas realizada pelos mais diversos pesquisadores da área de alfabetização. Deste modo concordamos com Morais (2019) quando diz que:

Sem nenhum debate, empresários e especialistas, que desde 2003 queriam impor o método fônico como única forma de alfabetizar (cf. BRASIL, 2003), se aliaram a um governo nada democrático, para contrariar esse direito constitucional que é o de escolas e docentes escolherem as metodologias que julgam adequadas para ensinar qualquer conteúdo de ensino, tanto na Educação Básica como na Superior. (MORAIS, 2019, p. 66)

Neste sentido confirmamos que a PNA acentua a crise no campo educacional em nosso país, principalmente por romper com práticas e pesquisas anteriores sobre alfabetização e letramento, consideradas exitosas e de base empírica, especialmente nas políticas de formação de professores a exemplo do Pró-Letramento e do PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – financiados pelo mesmo Ministério da Educação no período de 2005 a 2018.

Podemos considerar esta PNA o “aprofundamento do cenário de retrocessos no campo das políticas sociais” (Dourado, p. 12) grifo nosso. Outro ponto importante a chamar atenção é que esta PNA desconsidera a autonomia dos (as) professores (as) nas tomadas de decisões sobre o que e como ensinar. Como a crítica já apresentada por Morais (2019), a

formulação de uma Política Nacional de Alfabetização sem a presença de alfabetizadores fere o respeito, a autonomia e os saberes docentes, uma vez que, ao se basear em apenas um método de alfabetização desrespeita a prática cotidiana, diversa e plural construída em sala de aula.

Para esta PNA há seis pilares para medir o sucesso da alfabetização. São eles: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita. Segundo o MEC, esses eixos dialogam com as habilidades que aparecem no texto da BNCC – Base Nacional Comum Curricular – como, por exemplo, dominar as relações entre grafemas e fonemas e saber decodificar palavras e textos escritos. O problema está justamente na visão simplista que muitos estudiosos do campo da psicologia cognitiva ainda têm sobre “textos”, de maneira genérica e aligeirada, sem dialogar com a didática ou com as metodologias de ensino da língua materna.

Um ponto que nos chamou bastante atenção é supressão do termo letramento nesta PNA. Utilizado em programas anteriores, já citados, o termo foi introduzido em nossa sociedade através dos estudos da professora titular emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Magda Soares que o define este termo como “o desenvolvimento das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações pessoais, sociais e escolares em que precisamos ou queremos ler ou escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções”. (Glossário do CEALE).

## **DIVERGÊNCIAS COM A BNCC**

Desconsiderando o que a BNCC trás como a importância do multiletramento que envolve o ensino de habilidades específicas para a escrita e leitura em ambientes digitais e textos multissemióticos e multimidiáticos.

É importante ressaltar as contradições conceituais entre a PNA e a BNCC que devem ser foco de atenção e cuidado, pois implicou em todo o processo de aprendizagem e ensino da língua escrita, principalmente no que tange a rede pública de ensino, alvo direto das políticas e dos programas educacionais.

A BNCC nos é apresentada em seu caráter normativo, estabelecendo uma orientação aos elementos da aprendizagem que precisam

ser construídos pelos estudantes, devendo esta ser respeitada ao longo dos anos e etapas de ensino. Deste modo, devemos ter clareza que em sua estrutura a BNCC se regulamenta como um documento orientador e normatizador, sem excluir seus possíveis diálogos entre concepções, paradigmas e metodologias educacionais. Respeitando assim, os princípios democráticos da educação vigentes na legislação do Brasil.

Contrário a tudo isto está a PNA, na qual assume uma visão reducionista ao apresentar suas concepções de educação, formação humana e sujeito. Negando o já exposto de nossa legislação e aos princípios democráticos nela presente. Ignorando diversos estudos no campo da alfabetização, tais como: a psicogênese da língua escrita, a psicolinguística, os estudos do letramento, a construção social da escrita, os estudos sobre oralidade, a produção literária na infância e o próprio processo de alfabetização.

Outro ponto que chamou bastante atenção é a divergência entre a concepção de língua, presente na PNA e na BNCC. É clara a divisão entre as duas. A PNA parte da concepção de que a língua é um código alfabético e que mesmo sem citar o termo letramento, entende que a criança precisa conhecer o código e o que ele significa para aprender a correspondência letra e som. Ou seja, a PNA parte do simples para o complexo. Já a BNCC, apresenta a concepção de língua como algo enunciativo-discursiva de linguagem, isto é, uma linguagem dialógica e interativa que toma o texto como unidade de trabalho. Ou seja, a BNCC parte do complexo para o simples.

## RESULTADOS

Desta forma foi possível concluir que a elaboração desta PNA, nos levou às discussões propostas neste texto e para que ela tenha êxito, ela não pode ser atrelada a aparados legislativos, tampouco a decretos unilaterais, ideológicos e antidemocráticos. Acreditamos que se trata de um retrocesso a imposição de um único método de ensino, pois entendemos que políticas públicas devem minimizar as desigualdades sociais e no contexto da alfabetização possibilitar a apropriação da leitura e escrita seja por crianças, por jovens e por adultos. Para isso é importante e necessário pensar a formação de professores de forma crítica e contextualizada, para que sejam sujeitos capazes de organizar o próprio trabalho pedagógico, avaliar sua realidade e sejam sujeitos pensantes.

Hoje o que nós vemos é um governo ultraconservador e neoliberal que ataca todos os avanços e construções ao longo dos anos na alfabetização no Brasil, desconstruindo discursos, desqualificando políticas importantes do nosso passado recente, o que nos permite pensar que estamos retrocedendo na tarefa de educar e ensinar nossas crianças a ler e escrever.